



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

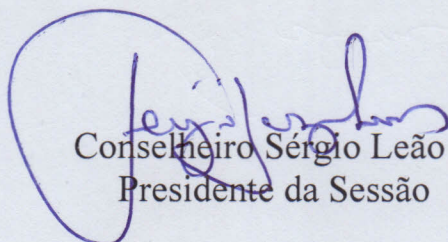
RESOLUÇÃO Nº 11.918

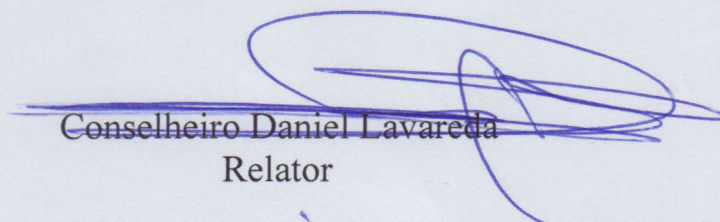
Processo : 201309195-00
Origem : PMB / IPAMB
Assunto : Consulta referente ao Contrato nº 018/11 e seus aditivos
Responsável : Erick Nelo Pedreira
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: PMB/IPAMB. Consulta referente ao Contrato nº 018/11 e seus aditivos. Conhece como relevante e de total interesse público; e responde nos termos do art. 300, § 2º do RI desta Corte de Contas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em recomendar que o consulente deva manter os serviços até o esgotamento do seu prazo final, tomando ainda as devidas providências para a realização de processo licitatório, e como o serviço foi devidamente prestado, o IPAMB deve proceder o devido pagamento avençado, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública Municipal.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 11 de junho de 2015.


Conselheiro Sérgio Leão
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros José Carlos, Mara Lúcia, Antônio José, Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

67
df

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

RELATÓRIO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – IPAMB, devidamente representado nos autos por seu Presidente Sr. Erick Nelo Pedreira, encaminhou CONSULTA TÉCNICA (fls. 01/05) a esta Corte de Contas, com amparo no art. 1º, XVI da Lei Complementar nº 084/2012, onde suscita os seguintes questionamento:

“QUE o IPAMB.” promoveu por meio de sua Procuradoria Jurídica, levantamento dos contratos cujo objeto é a prestação de serviços de tecnologia da informação prestados pela AGENDA ASSESSORIA PLANENJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA.

1. Em resumo, foram firmados 14 (catorze) (sic) instrumentos contratuais entre as partes, cujo objeto era a (i) aquisição de licença de uso permanente do Sistema de Informação Previdenciária - “SISPREV” (e atualizações) e (ii) a prestação de serviços especializados de manutenção continuada e suporte técnico. Os documentos relevantes foram os seguintes:

a. Contrato nº 026/2004, assinado em 24/12/2004, e mais 4 (quatro) termos aditivos, sendo o primeiro para acrescentar o módulo contábil ao software, sem ônus para o IPAMB, o segundo para adiar o início da prestação dos serviços em 2 (dois) meses, o terceiro para prorrogar o contrato por 3 (três) meses, o quarto para prorrogar a vigência em 12 (doze) meses.

i. É importante ressaltar que o quarto termo aditivo, de 01/08/2007, no valor de R\$ 309.168,00, foi assinado quando já estava vigente o contrato nº 019/2006.

b. Contrato nº 019/2006, assinado em 01/08/2006, que incluía a atualização do SISPREV 7 para o SISPREV CORPORATE, e mais 6 (seis) termos aditivos, sendo 4 (quatro) para prorrogação de prazo e 2 (dois) para aditamento de valor;

c. Contrato nº 18/2011, assinado em 27/07/2011, que incluía a atualização do SISPREV CORPORATE para o SISPREV WEB, e mais 1 (um) termo aditivo, para prorrogar o contrato até 25/07/2013.

d. Esses contratos totalizam R\$ 4.059.915,03.

2. Naquela ocasião, o parecer jurídico da Procuradoria do IPAMB apontou vícios encontrados no processo de contratação da empresa, em razão de algumas contratações terem acontecido à margem da legalidade e sem o processo de licitação determinado pela Lei nº 8.666, de 1993. Chama atenção, em especial, o seguinte.

3. O quarto termo aditivo ao Contrato nº 026/2004 foi assinado em 01/08/2007, quando já vigia o Contrato 019/2006. Esse aditivo foi firmado no valor de R\$ 309.168,00.

4. Os dois últimos contratos – Contratos nº 019/2006 e nº 18/2011 foram celebrados sem licitação, sob o argumento de que se tratava de hipótese de inexigibilidade prevista no art. 25, I, da Lei 8.666/93. Em nosso entendimento, o caso não se enquadra na hipótese legal, pois para se configurar a hipótese da inexigibilidade de licitação é preciso que seja impossível fazer a licitação, em razão, por exemplo, de o produto ou serviço que se deseja contratar seja de exclusividade de um representante. Não é o caso. Pode se argumentar que o produto SISPREV é de propriedade exclusiva do contratado, mas isso não é suficiente, uma vez que a lei proíbe a preferência por marca. No nosso caso, a licitação poderia perfeitamente ser para contratar um software de gestão do regime próprio da previdência, não estando preso ao software da Agenda.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5ª CONTROLADORIA

5. Diante dos indícios de irregularidades encontrados, uma vez que os contratos foram celebrados sem licitação quando não havia autorização legal para tanto, o IPAMB remeteu uma série de ofícios aos órgãos competentes informando a situação desses contratos e solicitando orientações a respeito da continuidade dos mesmos, dentre os quais destacamos:

- a. Ofício nº 0160/13-IPAMB, de 18/02/2013; destinado a SEGEP;
- b. Ofício nº 0161/13-IPAMB, de 18/02/2013; destinado a SEMAJ;
- c. Ofício nº 0188/13-IPAMB, de 25/02/2013; destinado ao TCM;
- d. Ofício nº 0189/13-IPAMB, de 25/02/2013; destinado a SEMAD;

6. Em razão dos ofícios referidos acima, o IPAMB recebeu como resposta:

a) Ofício nº 316/2013-GABS/SEGEP-NSAJ, de 14/03/2013, recebido em 18/03/2013, em que a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP se posiciona no sentido que “os contratos são eivados de vícios de ilegalidade; [e que] sua continuidade corrobora com a ilegalidade apontada. Ou seja, o gestor público atual deve de imediato, tomar todas as providências possíveis, a fim de não praticar atos passíveis de punibilidade. Nesse caso, também é necessário proceder com processo licitatório urgente, tendo em vista o objeto do contrato não fazer parte do rol de procedimentos comuns indicados no art. 5º do Decreto nº 74.245/2013, devendo a licitação ser procedida pelo próprio órgão municipal, conforme os artigos 1º e 3º do referido decreto.”

b) Parecer nº 096/2013-SEMAJ. Em síntese, o parecer da SEMAJ entende que, havendo irregularidades na contratação por não estarem presentes as condições de inexigibilidade de licitação do art. 25, da Lei nº 8.666/93, o IPAMB deveria proceder a anulação dos contratos com a AGENDA. Entretanto, a SEMAJ pondera que

“apesar de ser o caso de anulação dos processos de inexigibilidade de licitação e consequentemente de seus contratos e termos aditivos, sugere-se a não invalidação dos mesmos, em prol dos princípios da razoabilidade e da supremacia do interesse público.

Por fim, sugere-se que se mantenham tais contratos até o término de suas vigências, não os prorrogando de maneira alguma e ao mesmo tempo o IPAMB já tem que providenciar todo o procedimento administrativo para a realização de processo licitatório para a contratação dos objetos em epígrafe.”

7. Vale ainda ressaltar que o IPAMB recebeu, em 26/03/2013, Ofícios nº 209, 210 e 212-SUBSEC/SEC/TCM, do Tribunal de Contas dos Municípios, dando notícia da Resolução nº 10.535, de 23/10/2013, que reverteu o Cadastramento do Contrato nº 019/2006, e seu 1º Termo Aditivo, bem como negou o cadastramento dos seus demais termos aditivos (2º, 3º, 4º, 5º e 6º). Em resposta, aos ofícios do TCM, o IPAMB remeteu Ofício nº 0339/2013-IPAMB, em 18/04/2013, prestando as informações pertinentes.

É necessário informar que os serviços contratados são essenciais à eficiência dos serviços públicos prestados por este Instituto e que eventual suspensão do serviço pode acarretar a interrupção das atividades cotidianas do IPAMB, como a concessão de benefícios previdenciários a todos os servidores públicos municipais.

Diante do exposto, formulamos a seguinte consulta:

- a) Como o IPAMB deve proceder em relação a esses contratos, em especial ao Contrato nº 18/2011, que se encontra em vigor até 25/07/2013?
- b) Os serviços contratados vêm sendo prestados normalmente pela empresa mas este ordenador de despesas não determinou nenhum pagamento desde que as irregularidades acima foram constatadas, no início do exercício. Deve o IPAMB efetuar o pagamento pelos serviços



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5ª CONTROLADORIA

prestados?"

Em conformidade com o art. 300, § 4º, do RITCM/PA (Ato nº 16/2013), determinei a 5ª Controladoria a elaboração de análise técnica, com vistas a elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes desta Corte de Contas, que atendessem a solicitação sob análise, a qual foi elaborada e juntada aos autos, via Parecer de fls. 48/60, que torno parte integrante do presente relatório:

"Senhor Conselheiro, antes de entrar no mérito da presente Consulta, é necessário enfatizar a situação dos contratos neste Tribunal, sobre os quais repousa o cerne da Consulta formulada, em especial, a sua execução orçamentária e financeira, o que se passa a fazer:

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO CONTRATO Nº 019/2006-IPAMB E SEUS TERMOS ADITIVOS (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º).

Senhor Conselheiro, o Contrato nº 019/2006, celebrado entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM e a AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, e seu 1º Termo Aditivo, tiveram o Cadastramento, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012, revertido, uma vez que haviam sido cadastrados pela Presidência desta Corte, na forma regimental.

Quanto aos demais Termos Aditivos (2º, 3º, 4º, 5º e 6º) e Termo de Apostilamento ao Contrato nº 019/2006, por força da supramencionada Resolução, os mesmos não foram cadastrados neste Tribunal. Mesmo assim, é necessário demonstrar a situação dos mencionados Termos Aditivos, o que fazemos a seguir:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 200712187-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato principal, por 12 (doze) meses, quanto à manutenção e suporte técnico, para todos os módulos do sistema de informação e seus requerimentos, por um período de 1 (um) ano, a contar de 1º de agosto de 2007.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 1º de agosto de 2007.

VALOR GLOBAL: R\$ 309.168,00 (trezentos e nove mil, cento e sessenta e oito reais).

SITUAÇÃO NO TCM: Cadastrado pela Portaria nº 1270/2007/PRES/TCM, no entanto, teve o Cadastramento, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012, revertido.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 200814415-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato principal e seus Aditivos, quanto à manutenção e suporte técnico, para todos os módulos do sistema de informação e seus requerimentos, por um ano, bem como a implementação dos serviços web (navegação via internet) do aplicativo contratado, que permitirão o controle de tramitação e de consultas de processo pelo site do IPAMB, através da execução dos serviços de reforma, ampliação e adaptação da rede física e lógica do Instituto com a instalação dos aplicativos, mão-de-obra e equipamentos (switchs, patch panel e cabeamento), necessários à sua operacionalização, de acordo com o orçamento físico/financeiro que passa a fazer parte deste Aditivo.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 1º de agosto de 2008, vigorando até o dia 31 de julho de 2009.

VALOR GLOBAL: Por força de Contrato, foi reajustado de acordo com o IGPM do período,



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

para o valor de R\$ 435.730,88 (quatrocentos e trinta e cinco mil, setecentos e trinta reais e oitenta e oito centavos).

SITUAÇÃO NO TCM: Não foi Cadastrado neste Tribunal, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 200904208-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o adiamento do valor de R\$ 174.865,44 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), ao Contrato nº 019/2006.

VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura, com início em 06 de janeiro de 2009, até 30 de junho de 2009.

VALOR GLOBAL: R\$ 174.865,44 (cento e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

SITUAÇÃO NO TCM: Não foi Cadastrado neste Tribunal, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 200914934-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do Contrato principal e seus Aditivos, pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, 01.07.2009 até 30.06.2010.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir do dia 01.07.2009 até 30.06.2010.

VALOR GLOBAL: Sem alteração.

SITUAÇÃO NO TCM: Não foi Cadastrado neste Tribunal, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012.

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 201000073-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade aditar o objeto do Contrato principal, para inclusão dos seguintes serviços:

- importação dos dados da folha de pagamento de benefícios previdenciários do IPAMB;
- homologação dos dados importados;
- processamento de folha de benefícios em paralelo;

VIGÊNCIA: Sem alteração.

VALOR GLOBAL: R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), em cota única, com vencimento previsto para o dia 30 de dezembro de 2009.

SITUAÇÃO NO TCM: Não foi Cadastrado neste Tribunal, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012.

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2006/IPAMB (PROCESSO Nº 201013852-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato nº 019/2006-IPAMB, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2010.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 1º de julho de 2010.

VALOR GLOBAL: R\$ 367.476,87 (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos).

SITUAÇÃO NO TCM: Não foi Cadastrado neste Tribunal, por força da Resolução nº 10.535/TCM, de 23 de outubro de 2012.

Senhor Conselheiro, em resumo, feita a presente demonstração, verifica-se que o Contrato nº 019/2006/IPAMB, foi aditado em 461,77% (quatrocentos e sessenta e um, setenta e sete por cento), o que corresponde ao valor pecuniário de R\$ 1.374.241,10 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos), muito além do permissivo legal (art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações), e o prazo de vigência da Avença em destaque foi



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

aumentado em mais 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses (sessenta e seis meses). Conclui-se existirem sérios indícios de irregularidades na execução orçamentária e financeira do Contrato nº 019/2006/IPAMB.

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO CONTRATO Nº 018/2011

Senhor Conselheiro, o Contrato nº 018/2011, celebrado entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB e a AGENDA ASSESSORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, ao qual também faz referência o Consulente, encontra-se em instrução na 4ª Controladoria/TCM, apresentando os seguintes dados:

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de Suporte técnico para migração do sistema SISPREV 7 para o sistema SISPREV WEB, com manutenção mensal após migração do sistema denominado SISPREV 7, de sua exclusiva propriedade, conforme registros no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, bem como na ABES – Associação Brasileira das Empresas de Software, incluindo, atualizações e melhorias nos aplicativos, bem como as atualizações e alterações na base de dados que se fizeram necessárias durante a vigência do contrato, sem custos adicionais ao Contratante, além de implantação, migração de dados, implementação de rotinas, customização e treinamento de pessoal para migração para o sistema SISPREV WEB, bem como a migração, para o banco de dados Microsoft SQL Server 2008.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de 27 de julho de 2011, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, até o limite estabelecido na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

VALOR GLOBAL: R\$ 450.630,00 (quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta reais).

SITUAÇÃO NO TCM: Encontra-se em instrução na 4ª Controladoria/TCM.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2011-IPAMB (PROCESSO Nº 201214462-00):

OBJETO: O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 018/2011, com o fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, bem como Cláusula Sexta do referido Instrumento Contratual.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 26 de julho de 2012.

VALOR GLOBAL: R\$ 473.739,96 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos), sendo dividido em 12 (doze) parcelas iguais e mensais de R\$ 39.478,33 (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos), tendo sido reajustado pela variação do IGPM-FGV, conforme pactuado entre as partes na Cláusula Quinta, § 3º, do Contrato principal.

SITUAÇÃO NO TCM: Encontra-se em instrução na 4ª Controladoria/TCM.

Senhor Conselheiro, em resumo, feita a presente demonstração, verifica-se que o Contrato nº 018/2011/IPAMB, foi aditado em 5,12% (cinco, doze por cento), o que corresponde ao valor pecuniário de R\$ 473.739,96 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos), de acordo com o permissivo legal (art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações), e o prazo de vigência da Avença em destaque foi aumentado em mais 2 (dois) anos (vinte e quatro meses), de vigência do mencionado Contrato.

DA FORMA ILEGAL DE CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS NºS 019/2006/IPAMB E 018/2011/IPAMB.

Senhor Conselheiro, segundo afirma o Consulente “Os dois últimos contratos - Contratos nº 019/2006 e nº 18/2011 foram celebrados sem licitação, sob o argumento de que se tratava de hipótese de inexigibilidade prevista no art. 25, I, da Lei 8.666/93. O caso não se enquadra na

Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

hipótese legal". (destacamos).

Senhor Conselheiro, a inexigibilidade de licitação, estabelecida no artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações decorre, como disposto no caput do mencionado artigo, da inviabilidade de competição.

Toshio Mukai leciona que "(...) a inviabilidade de competição nasce da impossibilidade de confronto. Tal ocorre, ou porque o objeto é único, ou porque é singular, ou, ainda, porque há inviabilidade jurídica de competição". (destacamos).

Senhor Conselheiro, sabemos que a Administração Pública, no cumprimento de suas funções, necessita contratar a mais variada gama de materiais, equipamentos ou gêneros. A condição normal de mercado apresenta normalmente uma pluralidade de marcas cujos produtos se assemelham, embora com algumas características que os diferenciam, criando condições ideais para a realização de licitação.

Por outro lado, independentemente de marca, que não pode ser determinante na escolha do objeto do contrato, a Administração Pública pode necessitar de um bem determinado ou gênero específico, fornecido com exclusividade por produtor, empresa ou representante comercial, impossibilitando a competição pela ausência de outros fornecedores, caracterizando a condição de inexigibilidade de licitação, o que não se verifica no presente caso.

Não poderá valer-se a Administração Pública, do afastamento de licitação por inexigibilidade, como é o caso em exame, quando determinado bem, embora produzido por uma empresa, possua vários distribuidores ou fornecedores aptos a realizar sua venda, ou ainda, quando existe no mercado bem similar ao contratado, o que torna obrigatório ao Administrador Público realizar o competente processo licitatório.

Para utilizar inexigibilidade de licitação para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros, a Administração Pública deve demonstrar de forma clara e inequívoca os motivos e as razões de escolha, de modo a não deixar dúvidas quanto à impossibilidade de utilizar bens similares.

No caso em exame, pelo valor global da contratação, o processo licitatório teria que ser realizado nos exatos termos do artigo nº 22, I, § 1º, c/c artigo 23, II, c, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Tal posicionamento resta comprovado quando o próprio Consulente afirma que:

"Os dois contratos foram celebrados sem licitação, sob o argumento de que se tratava de hipótese de inexigibilidade prevista no art. 25, I, da Lei 8.666/93. O caso não se enquadra na hipótese legal. Para se configurar a hipótese da inexigibilidade de licitação é preciso que seja impossível fazer a licitação, em razão, por exemplo, de o produto ou serviço que seja a exclusividade de um representante. Não é o caso. Pode se argumentar que o produto SISPREV é de propriedade exclusiva do contratado, mas isso não é suficiente, uma vez que a lei proíbe a preferência por marca. No nosso caso, a licitação poderia perfeitamente ser para contratar um software de gestão do regime próprio da previdência, não estando preso ao software da Agenda.". (destacamos).

Senhor Conselheiro, a doutrina pátria muito tem discutido a respeito da validade de contratos administrativos celebrados com inexigibilidade ou mesmo dispensa de licitação, decorrentes de situações de emergência ou calamidade, ou inviabilidade de competição, fruto, na verdade, da desídia, da negligência ou inércia do Administrador, demonstrando falta de planejamento adequado para tratar a execução de serviços públicos.

Criticam-se, assim, e acertadamente, casos em que se sabe quando se terá o término de determinado Contrato, conhecendo-se, também, o tempo necessário para selecionar o futuro contratado (licitar), porém não se inicia, em tempo hábil, tal procedimento, gerando situação em que se terá de contratar



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

73
A

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

diretamente, sob pena de comprometer a saúde e a vida de pessoas, colocando em risco a sua segurança, bem como a segurança do patrimônio público e de serviços essenciais, no caso em epígrafe, a concessão de benefícios previdenciários a todos os servidores públicos municipais de Belém.

Entendemos que a coletividade não deve ser penalizada duas vezes, uma com a própria desídia do Administrador, e outra com a impossibilidade de ver resolvida situação que compromete a vida de pessoas ou a incolumidade de bens públicos, assim como, de serviços essenciais.

Ademais, há no presente caso valores que a lei pretende que sejam preservados, quais sejam, a concessão de benefícios previdenciários a todos os servidores públicos municipais de Belém e a segurança de bens, cuja a pretensão não encontra limitações.

Isso não quer dizer que o administrador desidioso, negligente e causador de situações atípicas e embaraçosas à Administração Pública (ou mesmo contratado), ficará a salvo de responsabilização, que conforme determina a legislação, deverá responder no sentido da lei através da competente ação regressiva ou ainda em consonância com o artigo 89, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, como bem determinam decisões dos tribunais pátrios, como esta a seguir, do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“HABEAS CORPUS Nº 159.896 – RN (2010/008589-8).

RELATOR: MINISTRO VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS).

IMPETRANTE: SÍLDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO.

ADVOGADO: SÍLDILON MAIA THOMAZ DO NASCIMENTO.

IMPETRADO: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

PACIENTE: RUI ÁLVARES DE FARIA.

EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DE DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES LEGAIS. ART 89 DA LEI 8.666/93. CRIME DE MERA CONDUTA. COMPROVAÇÃO DE NECESSIDADE DE PREJUÍZO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DESNECESSIDADE. DELITO QUE SE PERFAZ INDEPENDENTE DE RESULTADO NATURALÍSTICO. DOLO CONSIGNADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

1. Segundo a jurisprudência mais recente de ambas as Turmas integrantes da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, o crime previsto no art. 89 da Lei 8.666/93 ("dispensar ou inexigir a licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes a dispensa ou inexigibilidade") é de mera conduta, não se exigindo a constatação de resultado naturalístico (demonstrativo de efetivo prejuízo para a administração pública) para a sua consumação.

2. Concretamente, as instâncias ordinárias, soberanas na análise do contexto fático probatório, consignaram a existência de dolo na dispensa das licitações foras das hipóteses legais.

3. Ordem denegada.

Brasília (DF), 19 de maio de 2011 (Data de julgamento)”. (destacamos).

Esta Corte de Contas, Senhor Conselheiro, por diversas vezes, tem recomendado às câmaras municipais de nosso Estado, a sustação de todos os contratos administrativos quando eivados de vícios, principalmente, em votos exarados por Vossa Excelência, quando Relator, mas sempre tendo cuidado de orientar os gestores municipais e outros ordenadores de despesas, no sentido de ter atenção na celebração dos contratos administrativos, levando sempre em consideração a legislação específica nesses casos.

CONCLUSÃO



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

Isto posto, Senhor Conselheiro, no nosso entendimento, é plenamente possível ao Consulente anular o Contrato nº 18/2011/GP/IPAMB, que se encontra em vigor até 25/07/2013, assim como, tal possibilidade pode ser verificada na decisão a seguir:

“Processual Civil. Mandato de Segurança: MS 238612007 – MA.

Processual Civil. Mandato de Segurança. Inexigibilidade de Licitação. Contratos Administrativos. Anulação. Ilegalidades no Procedimento. Interesse da Administração.

Processo: MS 238612007 – MA.

Relator: JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

Julgamento: 29/09/2008.

Órgão julgador: SÃO LUIS.

Ementa:

PROCESSUAL CIVIL. MANDATO DE SEGURANÇA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO, ILEGALIDADES NO PROCEDIMENTO. INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

I – Mesmo sendo caso de inexigibilidade de licitação deve a contratada preencher os requisitos necessários para celebrar contratos administrativos.

II – Constatadas ilegalidades no processo administrativos que culminou com a assinatura de contrato, pode a Administração rever seus atos e anulá-los para resguardar os seus interesses, não existindo direito líquido e certo à manutenção do contrato pelo particular.

III – Segurança denegada”. (destacamos).

Em contrapartida, se o serviço foi devidamente prestado pela empresa contratada, não pode o Contratante no caso o IPAMB, suspender o pagamento, sob pena de enriquecimento ilícito por parte de quem assim agiu, podendo e devendo ser acionado via judicial, caso assim entenda a Contratada, atentando ainda, para o fato de que o próprio Consulente ressalta que (...) os serviços contratados são essenciais à eficiência dos serviços públicos prestados por este Instituto e que eventual suspensão do serviço pode acarretar a interrupção das atividades cotidianas do IPAMB, como a concessão de benefícios previdenciários a todos os servidores públicos municipais”. (destacamos)

É necessário enfatizar que deverá responder pelas irregularidades na contratação – caso confirmadas por este Tribunal, no momento da apreciação do Contrato nº 18/2011/GP/IPAMB, se for constatado algum prejuízo à Administração Pública (IPAMB) -, via ação regressiva, o Administrador no momento da celebração do mencionado Contrato, conforme alhures demonstrado.

Senhor Conselheiro, este é o Parecer, S.M.J.”

É o relatório.


Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5ª CONTROLADORIA

Voto

Preliminarmente, cumpre salientar que a presente consulta não poderia ser analisada por esta Corte de Contas, vez que a mesma apesar de ser formulada por autoridade competente, traz em seu bojo à análise de caso concreto não se enquadrando nas formalidades insculpidas pelo artigo 1º, inciso XV, do Regimento Interno.

Não obstante, constato que a matéria trazida a baila mostra-se relevante e de total interesse público, no âmbito do tema abordado, razão pela qual, a conheço e a respondo nos termos do art. 300, § 2º do Regimento Interno desta Corte de Contas, com a observação de que a deliberação não deva constituir prejulgado de fato ou caso concreto.

Passando a análise da consulta em questão, acompanho a integralidade e adoto como resposta ao consulente o **Parecer exarado pela 5ª Controladoria/TCM**, elaborado pelo órgão técnico deste TCM/PA, trazendo, ainda, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, os seguintes detalhamentos:

a) Em face das irregularidades detectadas na celebração do contrato nº 018/2011, entende-se ser plenamente possível ao consulente anulá-lo. Não obstante, tendo em vista que o próprio IPAMB destaca que (...) *os serviços contratados são essenciais à eficiência dos serviços públicos prestados por este Instituto e que eventual suspensão do serviço pode acarretar a interrupção das atividades cotidianas do IPAMB, como a concessão de benefícios previdenciários a todos os servidores públicos municipais*”, poderá o consulente utilizando do princípio da continuidade do serviço público mantê-lo até o esgotamento do seu prazo final, tomando ainda as devidas providências para a realização de processo licitatório para posterior contratação com o mesmo objeto.

b) Tendo em vista que o consulente reconhece que o serviço derivado do contrato nº 018/2011 foi devidamente prestado pela empresa contratada, deve o IPAMB proceder o devido pagamento avençado, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da Administração Pública Municipal.


Daniel Lavareda
Conselheiro TCM/PA

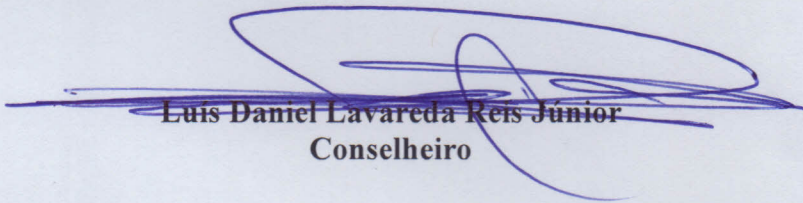


ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 11 - 918
PROCESSO Nº : 201309195-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMB
INSTRUÇÃO : 5º CONTROLADORIA

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 11 de junho de 2015.


Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro